

ESCOLA CAPITALISTA E MOV. ESTUDANTIL

aditamento ao programa
da lista **D**



A escola não é nenhuma proveta herméticamente separada do meio ambiente. Encontra-se inserida num determinado meio social, numa determinada totalidade social, modificando-se com o todo social e agindo sobre a sociedade de uma maneira nunca determinante.

A escola de que nos vamos ocupar, é a escola capitalista. Ou seja, um ramo específico do aparelho de Estado burguês.

Importa, no entanto, referir as modificações estruturais do modo de produção capitalista nos três últimos decénios, e, a partir daí analisar a escola capitalista de harmonia com a fase actual do desenvolvimento capitalista. A análise da escola é pois situada na época do último estágio do desenvolvimento capitalista, o imperialismo na sua fase de declínio.

I - O SISTEMA CAPITALISTA

A estruturação e estratificação em classes sociais não é somente peculiar ao capitalismo. O que é característico do capitalismo, é o aparecimento de um sistema de relações sociais de produção e de forças produtivas determinadas, de um sistema de trabalho por empresa eixado na exploração da força de trabalho humano, exploração essa que tem por base objectiva a posse e detenção dos meios de produção (máquina, fábricas, terras e minas, etc.) por parte de uma fracção da sociedade, a classe burguesa, enquanto a grande maioria da população social não possui nem detém quaisquer meios de produção e não ser a sua força de trabalho. Esta imensa maioria que se vê obrigada a vender a sua força de trabalho e que se vê obrigada a sujeitar-se às flutuações da economia de mercado, é a classe dos proletários, é o proletariado.

Com o desenvolvimento do capitalismo mundial a polarização em torno destas duas classes efectua-se no reforço quantitativo do proletariado e na redução numérica da burguesia. Por outro lado, o aparecimento de camadas intermédias da população, em constante mutação para um ou para outro lado, dá-nos o quadro geral da sociedade em que vivemos.

A análise da escola que agora fazemos desenvolve-se dentro da perspectiva da classe revolucionária da sociedade, do ponto de vista do proletariado e do seu combate.

A - O CAPITALISMO ACTUAL

Principalmente a partir dos finais da segunda guerra mundial imperialista, assiste-se a um novo processo de acumulação e desenvolvimento capitalista tornado possível por um lado pelo massacre político e físico do proletariado europeu e, por outro lado pela 3ª revolução industrial, traduzida no crescimento e aproveitamento capitalista de descobertas ligadas à automação, à tecnologia e energia nuclear, às descobertas químicas e técnicas de sintetização, etc.. A introdução na indústria de técnicas produtivas modernas acompanhadas de modernas e complexas maquinarias, permitiram ao capitalismo realizar um novo processo de divisão mundial do trabalho, desenvolver, em certa medida, as forças produtivas, assistindo-se a partir daí, à intervenção da economia do aparelho estatal burguês. Em conformidade com este processo, as próprias leis do sistema capitalista promovem o aparecimento generalizado de um fenómeno novo que consiste no facto de que a concentração internacional do capital produz também uma centralização internacional do capital. O aparecimento das multi-nacionais numa escala generalizada, constitui a forma mais acabada dessa concentração e centralização internacional do capital.

É face às pressões da base produtiva capitalista que se vai operar uma reformulação inteiramente nova da função social da escola.

II - A ESCOLA CAPITALISTA

É da necessidade sentida pela base produtiva nas mãos do capital de reintegrar o trabalho intelectual (investigação fundamental e aplicada, técnicas diversas, formação escolar adaptada ao funcionamento das máquinas modernas, etc.) no trabalho directamente produtivo, directamente ligado ao trabalho puramente manual do operário da fábrica, que nasce aquilo que neste momento nos permite dizer que a Escola desempenha uma função económica especial, para além de outras funções ligadas à inculcação e dissiminação da ideologia burguesa, etc. Outrora privilégio de luxo para os rebentos da burguesia que aí recebiam o verniz cultural distintivo da sua classe social, o ensino modificou-se, transformou-se num fenómeno de massas encarregado de responder às novas necessidades provocadas pelo desenvolvimento capitalista. Esta adaptação da escola às necessidades económicas, sociais, políticas e ideológicas da classe burguesa, faz-se com múltiplas contradições, produto da anarquia da produção capitalista e que se torna importante apreender.

Pode-se apresentar esquematicamente em que consiste essa função económica.

- a) Assegurar a produção alargada da força de trabalho qualificado e altamente qualificado.
- b) Cumprir determinados planos de investigação e programação económicas a soldo das necessidades produtivas do capital.

Na verdade, a economia, cujo funcionamento produz a riqueza social (e cujo motor em sociedade capitalista, é a procura do lucro privado) assenta sobre um conjunto de elementos (trabalho humano, maquinaria, ciência e tecnologia). Entre estes elementos, o principal é o trabalho humano, intelectual ou manual, que concebe, dirige e faz funcionar as máquinas. A escola terá pois, por primeira função fornecer a mão-de-obra qualificada e altamente qualificada, necessária ao desenvolvimento da economia capitalista, que continua a vigorar no nosso país mesmo depois do 25 de Abril. Por outro lado, a Escola, e neste caso particular, a Universidade, reúne uma série de condições (subsídios "públicos" e privados) que lhe permite realizar no seu seio projectos de investigação ligados às necessidades económicas e políticas da burguesia. Por exemplo, investigações feitas a "convite" de empresas privadas ou da NATO, a "convite" de instituições "científicas" americanas e europeias, bem como o intercâmbio de cientistas entre os "centros de investigação" de um e de outro lado do Atlântico para estudarem e investigarem problemas ligados à química moderna (guerra bacteriológica) à "energia nuclear" (bombas atómicas) é um dos pratos fortes a que se dedicam e dedicarão departamentos de faculdades nesta Universidade. Quer isto dizer que a Universidade, tem também por função treinar os especialistas e economistas requeridos pelas grandes empresas ou pelo Estado. Por exemplo, "especialistas" em desenvolvimento económico "descobriram" que um dos motivos do lento crescimento da produção nacional total na Grã-Bretanha seria devido à incidência demasiado teórica das ciências nas universidades, em prejuízo das ciências aplicadas!...

Desta função económica da escola, função essa sujeita às próprias contradições da economia de mercado, e portanto, ela própria contraditória, infere-se perfeitamente que o tipo de "formação" ministrado à massa estudantil não corresponde de modo algum, à vontade e aspiração dos estudantes em expandir o conjunto das

suas faculdades num trabalho criador. Pelo contrário, essa "formação" corresponde às necessidades das empresas capitalistas ou do Estado burguês, e está limitada pelas exigências flutuantes do mercado de trabalho (oferta e procura de emprego). Porque "assegurar" a reprodução alargada da força de trabalho nesta sociedade, significa que a escola deve fornecer todos os anos ao sistema um contingente diversificado de pessoal qualificado para que "estendo cada um no seu lugar" a máquina capitalista continue a crescer e a girar para maiores lucros embolsados pela classe dirigente.

B - FUNÇÃO IDEOLÓGICA DA ESCOLA

Ao nível político-ideológico, a escola capitalista é chamada a desempenhar também um número importante de funções.

a) Estratificação Segregativa - A escola capitalista está organizada segundo fileiras (escola primária, secundária, técnica, superior). A repartição dos alunos dentro dessas fileiras obedece em primeiro lugar à origem social.

A máquina escolar organiza, pois, a concorrência desigual com base na segregação social. A distribuição objectivamente imposta em estratos escolares, com critérios escolares específicos e uma linguagem particular, ou seja, a estratificação segregativa, corresponde à divisão técnica e social do trabalho, à divisão entre as classes sociais e à divisão no interior das próprias classes.

É assim que por volta dos 14 anos, os filhos dos operários e camponeses "caem" na produção. Uma outra parte dos estudantes vai um pouco mais longe (liceus e técnicas) e são transformados em pequenos e médios quadros. Uma outra parte, reduzida, consegue chegar "ao cimo" e transforma-se em agente da exploração capitalista (administradores, empresários, economistas...); em agentes de repressão (juizes, militares, ministros...); em desempregados "intelectuais" (em Londres, 57 diplomados em Biologia são condutores de autocarros...).

Quer dizer, a estratificação segregativa conduz não só à proliferação e esfrangalhamento do "saber", mas também a uma organização e repartição específica dos "conhecimentos" em cada uma dessas fileiras, em cada estrato escolar.

b) Inculcação Ideológica - Para além da transmissão de um sistema de ideias e de valores feita directamente através da moral, da instrução "bíblica" do conteúdo das matérias, ou indirecta-

mente através da omissão ou exclusão deste ou daquele assunto, a Escola capitalista joga um papel decisivo com a sua função ideológica como aparelho de legitimação da divisão em classes e camadas sociais. Quer isto dizer que o facto de se possuírem "estudos" ou um curso superior é uma das garantias para que se possa atingir um lugar de destaque e de boa remuneração, por exemplo na escala hierárquica da sociedade burguesa. A escola capitalista surge assim como um factor muito importante na promoção social pelos estudos, incentivando a concorrência entre os alunos e contribuindo também para a "selecção natural" (inteligentes e não inteligentes) legitimando através de um processo aparentemente objectivo a divisão de classes existentes nesta sociedade e cujas verdadeiras raízes não estão na escola mas sim na própria estrutura produtiva.

c) Modelagem de Comportamentos - A Escola dá às classes e camadas sociais, características culturais e ideológicas bem determinadas.

Por exemplo, a "delicadeza" dos professores variando conforme os graus de ensino, ou seja, conforme a composição de classe desses graus de ensino.

Com efeito, o filho de um burguês tem um espírito muito mais "digno" e "educado" quando sai doutor pela universidade do que o filho do operário que só chegou ao ciclo preparatório e que, portanto, é mal-educado, etc, como espalha por aí o senso comum (da burguesia, evidentemente) simultaneamente, a escola actualmente, procura cumprir com novos métodos as insuficiências das outras instituições que já pouco mais têm a dar..., como por exemplo a família e a igreja, em vias de explosão. Esta modelagem de comportamentos na Escola é completada, mais tarde, no exército capitalista através de alguns preceitos como a obediência aos superiores, o respeito pelas hierarquias, etc..

SERÁ POSSÍVEL DEMOCRATIZAR A ESCOLA CAPITALISTA ?

As funções sociais da Escola que atrás, sumariamente, expusemos, funções essas determinadas pelas necessidades da burguesia, obrigam-nos a dizer que a Escola capitalista não é democrática nem nunca o será.

E efectivamente a escola é anti-democrática, porque, por exemplo, no seu princípio, a necessidade para o Estado capitalista de fornecer com os custos mais reduzidos, mão-de-obra diversificada para a indústria e agricultura (com o número exacto de

operários especializados e o número exacto de técnicos com formação universitária) vai imediatamente contra o direito de cada indivíduo de expender as suas faculdades criadoras na actividade que escolheu. Isto porque os operários ou técnicos especializados irão ser enfiados, na sua esmagadora maioria, em actividades rotineiras, alienatórias, de acordo com as necessidades capitalistas, tornando-se apêndice das máquinas e da produção capitalista, incapacitados objectivamente de desenvolver as suas iniciativas criadoras, castrando as suas faculdades intelectuais impossibilitados de irem mais longe devido ao impedimento objectivo determinado pelas relações de produção capitalistas. Por outro lado, a existência de lugares insuficientes na produção capitalista para empregar na sua totalidade todos os operários ou técnicos especializados, saídos dos diversos graus de ensino criam inevitavelmente situações de desemprego técnico, contribuindo os estudantes recém-formados para o aumento do exército industrial de reserva.

A Escola capitalista é ainda anti-democrática no modo de recrutamento, porque a selecção-orientação realizada com os menores custos (isto é, o mais cedo possível) implica inevitavelmente a aprovação dos desníveis culturais que existem à partida entre os filhos da burguesia e os filhos dos trabalhadores. Para além disso, a maneira como a escola inculca os conhecimentos (de maneira livresca, separado da realidade social, etc.) contribuem em larga medida para a castração intelectual dos filhos dos trabalhadores habituados a abordar o mundo de maneira global e viva, através de uma situação social própria dos meios operários e trabalhadores. Este capital do conhecimento que faz toda a riqueza dos filhos da classe operária é negado, esfrangalhado e destruído pela escola capitalista.

Aliada a esta forma de selecção-orientação, a selecção financeira contribui para tornar hereditárias as funções de execução e de comando, ligando estas últimas aos privilégios da fortuna. Longe de ser um instrumento de emancipação, a escola capitalista contribui pois para a legitimação da divisão da sociedade em classes e para a opressão de uma classe sobre outra.

A Escola capitalista é anti-democrática também pelo seu funcionamento.

Na verdade, a Escola capitalista tem de funcionar segundo um modelo global da sociedade, isto é, de maneira autoritária. Isto significa que é o Estado burguês que através dos seus agentes (reitores, inspectores, professores, etc.) dispõem do monopólio do poder e do saber. Daí que toda a luta por uma pedagogia revolucio-

nária, anti-autoritária, de apoio a todos os processos pedagógicos revolucionários iniciados por professores revolucionários e que compreendam a função que o Estado capitalista lhes impõem, deve ser uma das principais tarefas do M.E.

Com base no atraso explicitado, melhor se pode compreender a incorrecção das propostas feitas pelo P.C.-U.E.C. da reforma geral e democrática do ensino. A escola capitalista não será uma ilha democrática na sociedade capitalista (seja de Estado "fascista" ou "democrática" ...). O que os reformadores pretendem - democratizar a escola capitalista - é um objecto impossível. Por exemplo, a questão da "explosão escolar" tem aqui uma das suas explicações. Para nós, a democratização real do ensino só será possível numa sociedade realmente democrática, isto é, numa sociedade sem capitalistas e sem burguesia, sem classes e sem Estado, numa sociedade socialista. Por isso, nós dizemos que não pode haver luta por um ensino democrático em recinto fechado. As lutas que se iniciam no interior da escola não podem encontrar uma saída senão se inscreverem na luta global contra o capitalismo, pela revolução proletária socialista. Neste sentido, as lutas estudantis contra a escola capitalista devem ser parte integrante do combate da classe operária pelo socialismo.

O que a burguesia irá fazer em Portugal não será senão rentabilizar a escola, reconvertê-la segundo os seus interesses. A instituição do bacharelato, isto ainda no tempo do fascismo, a criação de escolas de âmbito superior não universitário (escolas paramédicas, para-técnicas, etc.) serão, certamente, "racionalizadas" e impostas. E nada mais.

É agora altura de passar à análise do grupo social que gravita na órbita da sociedade capitalista, dentro da instituição escolar, o grupo social estudantil.

III - MEIO E FACTORES DE RADICALIZAÇÃO ESTUDANTIS

O meio estudantil tem como características genéricas a ausência de coesão social e homogeneidade política. No entanto, essa heterogeneidade social e política não radica numa relação social ou directa do grupo estudantil à posse de meios de produção. Contudo, o grupo estudantil mantém relações determinadas, na época actual do declínio do capitalismo, com uma instituição que, para além de outras funções, tem como fundamental, a reprodução alargada da força de trabalho qualificada e altamente qualificada, ou seja, uma

função económica bem determinada. Isto significa que toda a problemática relacionada com os mecanismos da exploração e da produção capitalista, com o mercado de trabalho e as leis da oferta e da procura de emprego, começam obrigatoriamente e objectivamente a determinar uma consciência subjectiva comum, a saber: a necessidade de compreender o seu futuro profissional submetido à frieza dos calculos e necessidades da produção capitalista; a certeza de formarem a médio prazo uma camada social, ainda que relativamente melhor remunerada, explorada e oprimida.

Torna-se necessário, no entanto, para melhor enquadrar o meio estudantil, concretizar rigorosamente as origens da sua heterogeneidade e indicar para além do já acima referido, outros factores de radicalização do respectivo grupo social.

A heterogeneidade estudantil, a sua constatação, remete, não para qualquer "lei natural" especial ao meio, mas antes para o conjunto da estrutura social. A estratificação em classes sociais no capitalismo, é a base objectiva em que se opera o recrutamento escolar da juventude. A diversidade de origem do grupo estudantil não se processa mecanicamente nem de maneira igual ou proporcional ao peso numérico e específico representado pelas classes sociais em presença nesta sociedade. A componente estudantil de origem burguesa é a predominante. Esta desigualdade de recrutamento já foi analisada no capítulo referente à Escola capitalista. Importa, portanto, frisar que a heterogeneidade radica na profunda desigualdade social. No entanto, ao operar este recrutamento desigual, o sistema de relações capitalistas confere-lhe, ao mesmo tempo, um carácter combinado. Quer isto dizer que é imposto ao próprio meio estudantil, e, portanto, ao grupo social estudantil (aos próprios filhos sociais da burguesia) contraditório, o sistema específico de opressão-repressão generalizada sobre toda a sociedade, em defesa dos interesses materiais da classe burguesa, dos capitalistas.

Vítima desta contradição e incapacidade de a resolver, o grupo social estudantil polariza-se politicamente em função das classes sociais existentes e dos seus partidos. A capacidade de compreender a manifestação particular na escola, a contradição fundamental do sistema capitalista, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a manutenção de relações de produção determinadas é um outro factor de heterogeneidade política e ao mesmo tempo de radicalização. A adaptação da escola aos imperativos da economia capitalista agudiza a contradição fundamental, acima referida e que se manifesta na escola capitalista, sob a forma de crise institucional, na medida em que origina uma contradição entre o nível

de formação escolar necessária e a manutenção da própria exploração capitalista. Significa isto que a formação escolar ministrada não corresponde a uma libertação das faculdades intelectuais dos estudantes a uma libertação da sua iniciativa criadora, pelo contrário corresponde aos limites impostos pela economia capitalista da rentabilização capitalista do ensino, aos limites do "mercado do trabalho" e será este mesmo mercado, com a lei da oferta e da procura que irá determinar os salários dos estudantes recém-formados.

A crescente subordinação do trabalho intelectual à procura permite-nos afirmar que está em curso um processo de proletarização intelectual que se traduz de imediato numa baixa de nível de vida ou de consumo, traduz-se desde já num aumento crescente de alienação. Inevitavelmente produz-se uma crescente tomada de consciência das causas desta alienação por parte do grupo estudantil.

Por outro lado, o estudante enquanto jovem é uma das vítimas que mais directa e imediatamente se ressentem da crise da ideologia burguesa. Todos os valores da época da burguesia ascendente (liberdade, fraternidade, igualdade, etc.) são constantemente desmentidos no quotidiano (guerras, opressão, fascismo, etc.). As crises periódicas do capitalismo há já muito que destruíram a crença na estabilidade do sistema. A insegurança da vida quotidiana, a ameaça de catástrofes económicas e ecológicas, a fome provocada pela dominação imperialista sobre os países "sub-desenvolvidos", desmentem todas as apologias burguesas da "liberdade", da "democracia". O grupo social estudantil, enquanto presumível instrumento da ideologia burguesa, vive intensamente esses desmentidos práticos, essa crise da cultura e ideologia dominantes.

A perspectiva da incorporação militar, intimamente ligada a todas as medidas de repressão e de decapitação intelectual a submissão às leis do autoritarismo militar, a instrumentalização do estudante em apêndice de um aparelho de coerção, em apêndice de um exército que cada vez mais reprime as lutas operárias (TAP, Jornal do Comércio, Lisnave, etc...), de um exército de guerra civil, só pode ser encarada como mais um estágio na castração e limitação das actividades intelectuais, lúdicas, políticas. Só pode ser encarada como mais um passo para a sua "integração" social. A h

A heterogeneidade social e política do meio estudantil, os factores de radicalização desse meio apresentam-se como um todo contraditório. A capacidade de compreender toda essa totalidade e de lutar contra ela, de se inserir a resolução de problemas e contradições do meio estudantil na totalidade mais abstracta e determinante que é a própria sociedade capitalista é a base da politização desse meio e da própria constituição e aparecimento do movimento estudantil.

IV - MOVIMENTO ESTUDANTIL E LUTA DE CLASSES

Pelo que já vimos, a relação mantida pelo grupo social estudantil com o aparelho produtivo não é uma relação directa, mas sim mediatizada pelo aparelho escolar. Da análise já exposta infere-se que os processos e modificações económicas e sociais se repercutem nas Escolas. As modificações estruturais, ligadas ao processo de reconversão industrial em curso no nosso país, cifram-se no tempo do fascismo, por despedimentos de operários em massa, por aumento das cadências e ritmos de trabalho, pela eliminação dos operários mais velhos. Actualmente, esse processo de reconversão industrial que consiste numa nova fase de concentração do capital que tenta acompanhar o processo relativamente mais adiantado de centralização do capital no quadro da nova divisão mundial do trabalho, com a introdução de maquinaria e técnicas modernas continua a produzir os despedimentos, os aumentos dos ritmos de trabalho e mesmo um aumento das horas de trabalho, de que é exemplo as tentativas já lançadas pelo Governo Provisório de "normalizar" a semana de quarenta e cinco horas à escala nacional. É certo que há outros factores que se têm acrescentado e contribuído para o esprecimento do desemprego. No entanto, esses factores (herança do fascismo, falências fraudulentas, etc.) não são, de modo nenhum, os determinantes.

Esse processo de reconversão industrial teve e tem como sub-produto a reconversão do aparelho escolar. Neste momento, trata-se para a burguesia de reformar tecnocráticamente a Escola. A reforma tecnocrático-militar de Veiga Simão, durante o fascismo, revestia-se de aspectos essenciais e modernistas, que a burguesia tem de manter actualmente. Se, durante o fascismo, a aplicação da reforma se fazia pela violência aberta, pela repressão, pela fiscalização policial sobre os estudantes, pela militarização escolar, no período actual a burguesia tentará impor a reforma tecnocrática por métodos "democráticos". Por exemplo, os ritmos de trabalho escolar, as limitações ao tempo de lazer, aumentarão inevitavelmente. A selecção, que diz respeito, principalmente, ao acesso à Universidade, aumentará (vidé 28.000 candidatos ao primeiro ano.). No entanto, a burguesia tentará impor essa ^{reforma} evitando o espantelho da "participação" e da "co-gestão", utilizando como instrumento a pró-UNEP ou outros grupos de estudantes. Se este método falhar a burguesia recorrerá à coacção mais aberta, tudo em nome da "consolidação das liberdades democráticas" e da "reconstrução nacional".

Importa, neste momento, tentar definir o que é o Movimento Estudantil, o processo da sua constituição, os métodos da sua organização e as suas perspectivas de luta.

Para já é preciso frisar que Meio e Movimento Estudantil não são uma e a mesma coisa. Em virtude da heterogeneidade social e política, o Meio Estudantil é susceptível de apresentar as perspectivas mais díspares. Desde as perspectivas políticas mais reacçãoárias até perspectivas mais revolucionárias, todas elas cabem. Esta distinção entre Meio e Movimento Estudantil é importante se bem que todas as correntes "sindicalistas" (listas A e C) e "Associativistas" (lista E) os confundam.

Para nós é uma questão essencial operar-se tal distinção. É com base nela que nós afirmamos que o Movimento Estudantil representa uma fracção do Meio Estudantil disposta a lutar por objectivos progressistas e revolucionários. Quer dizer, para nós a classificação do Movimento Estudantil como tal passa pela caracterização política do mesmo. Para nós o Movimento Estudantil tem um significado eminentemente político e progressista. Esse significado traduz-se pelo facto de que o Movimento Estudantil agrupa na luta e pela luta ^{ou} os estudantes que já fizeram ou se dispõem a fazer uma opção política progressista revolucionária.

Assim, o Movimento Estudantil só se constitui a partir de uma intervenção política e militante desenvolvida por forças partidárias, que se reclamam da classe operária no Meio Estudantil.

A dialéctica dessa intervenção vai no sentido de conseguir arrastar para a luta cada vez mais as massas estudantis. Vai no sentido de arrastar para objectivos progressistas ou revolucionários cada vez mais estudantes, que nessa medida, engrasam o Movimento Estudantil. Mas na medida em que tal dialéctica particular ao grupo social estudantil encontra a sua determinação na dialéctica da luta de classes, o carácter massivo ou restritivo do Movimento Estudantil está combinado quer com a luta de classes quer com a luta entre os partidos políticos. Está também ligado com a natureza do período (se ofensivo ou defensivo) e de maneira como tal se manifesta no

Meio Estudantil.

No estado actual de desenvolvimento o Movimento Estudantil ilustra admiravelmente o que afirmamos. Duma maneira cada vez mais transparente o Movimento Estudantil é o resultante dum paralelogramo de forças políticas, partidárias, progressistas, que actuando no Meio Estudantil conseguem polarizar os estudantes, que ao entrarem em luta exprimem na pratica uma opção politica progressista ou revolucionária.

No medida em que só de maneira intermitente o Movimento Estudantil se manifesta é preciso pensar toda a sua pratica e definir as suas perspectivas de organização a luz dessa característica.

O caracter de estabilidade e permanência do Movimento Estudantil que alguns grupos defendem (principalmente os "sindicalistas") com caracter absoluto radicam em confusões inconscientes por parte de alguns, mas com objectivos bastante conscientes da parte doutros.

Assim, para as correntes "sindicalistas estudantis" em geral o Movimento Estudantil (que elles aliás confundem tambem com o movimento associativo) coincide em parte com o próprio Meio Estudantil. É a partir desse erro de base que essas correntes estabelecem um conjunto de "interesses comuns a todos os estudantes", "susceptível de mobilizar as largas massas estudantis". E daqui inferem a necessidade de organizar "sindicalmente" o Meio Estudantil.

Se no que diz respeito ao Movimento Operário a organização sindical é objectivamente necessária, o mesmo não se passa com o grupo estudantil. A luta sindical operária tem como objectivos vender ao preço mais elevado possível a força de trabalho dos assalariados. A luta sindical operária consequente consegue abrir brechas importantes na dominação burguesa e constitui uma escola importantissima para a luta anti-capitalista do proletariado.

Na Escola tudo se passa de maneira completamente diferente. A inexistencia de coesão e homogeneidade social e politica estudantil, e natureza e função da escola capitalista permitem-nos afirmar que os pretendidos "interesses comuns a todos os estudantes" não passam duma invenção ideologica cuja fonte fornecedores são organizações politicas com uma estratégia e tática global errada.

Pretender instituir-se um sistema "sindical" com base nos "interesses comuns a todos os estudantes", perspectivas estas avançadas pela UEC desde a sua formação apresenta-se quanto a nós como totalmente estranhas ao marxismo, totalmente estranhas a uma politica revolucionaria. Reinvidicar-se melhor "qualidade de ensino" no quadro da escola capitalista significa reinvidicar-se a racionalização dos futuros quadros gestores do capitalismo, significa reinvidicar um estatuto já de si aliado, significa teorizar as proprias condições de opressão e alienação estudantil.

O "sindicalismo" dito "anti-reformista", defendido por outras correntes, das quais os representantes mais conhecidos são os "nucleos sindicais", não foge tambem a esta "dialectica". Este corrente se afirma que o seu "sindicalismo" defende os "interesses do povo" (!) procura resolver semanticamente uma questão politica.

Porque cu se inventam "interesses comuns" a todos os estudantes e se teoricamente se reconhece a necessidade de um "sindicato" estudantil; ou não se teorizam esses interesses e logo não se torna necessario teorizar a necessidade de tal "sindicato". Embora os "nucleos sindicais" se apercebem da primazia da luta politica, e a sua propria pratica os contradiga diariamente (o que elles aliás constatem), caem num colectivismo politico e organizativo que certamente contribuirá para a sua propria desagregação.

Assim se a tática da UEC tem a sua referencia politica na teoria Estelino-Menchevique "da revolução por etapas", de que o P.C.P. é o mais consequente defensor, e que nesse sentido se torna necessario "autonomizar" sectores das "massas" com uma ideologia "democratica" (estudantes, mulheres, juventude, etc.) para servirem de "aliados" na "revolução democratica e nacional"; os "nucleos sindicais", apêndice politico da racem formada U.J.E.C.M.L., embora defendendo a teoria da "revolução por etapas" mas de maneira inconsequente procure antes utilizar a "sua" organização sindical como instrumento de recrutamento partidario.

Não não nega mas que haja problemas que se colocam ao nivel dos cursos, a todos os estudantes, só que tais "problemas" nuncie constituírem eixos de luta com

algum grau de permanência e de coesão política que permitisse a sua organização em moldes sindicais.

Todas as lutas de massas desencadeadas pelos estudantes foram sempre de carácter nitidamente político ainda que contraditoriamente: as lutas de 69 em Coimbra desencadearam-se em torno da luta contra a "repressão fascista" pela "liberdade de reunião e associação", pela "Escola Nova" numa "sociedade democrática", etc. ou seja, em torno de reivindicações de democracia política. Todas as lutas de massas que se seguiram, como a "luta contra a queima das fitas fascistas", "contra a militarização das escolas", contra a "visita de Rodó" foram sempre lutas de carácter político anti-fascista, ainda que inconsequentes.

As tentativas actuais de sindicalização do meio estudantil são objectivamente um retrocesso e eminentemente reacçãorias. Por isso as combateremos sempre.

A trajectória política do Movimento Estudantil apresenta-se nos nossos dias como politicamente mais adiantada. Do "anti-fascismo" inconsequente produto da hegemonia das correntes reformistas (estalinistas e sociais-democratas), na classe operária e na luta anti-fascista, o Movimento Estudantil tem feito seus, objectivos de luta cada vez mais radicais, passando à luta contra o colonialismo e o imperialismo, e pelo apoio às lutas operárias. Se esta evolução dos objectivos de luta estudantil se traduzirem numa restrição do seu carácter de massas, as lutas sociais que se aproximam, o aparecimento do proletariado como polo determinante da cena política, indicam objectivamente que o Movimento Estudantil pode adquirir um carácter de massa rapidamente. Nesse sentido é preciso que ele seja colocado no seu verdadeiro caminho, que se polarize conscientemente em torno da única classe capaz de destruir o mundo velho e podre de maduro em que vivemos, em torno do proletariado.

Torna-se portanto necessário dizer claramente que o grupo social estudantil não possui um peso específico determinante para ser capaz de encabeçar ou de desencadear um processo revolucionário consequente. É por isso que são celuniosas as afirmações que faz um texto de apoio da lista "A" (Núcleos Sindicais) dizendo que nós defendemos serem os estudantes capazes de fazer a revolução!

Pelo contrario, as "correntes" sindicais estudantis é que atribuem ao Movimento Estudantil capacidades políticas e organizativas que vão no sentido de lhe atribuir uma especificidade determinante no processo da luta de classes. O absurdo desta posição é a teorização feita pelos "Núcleos Sindicais" de que o papel do pretendo "sindicalismo estudantil" seria o de defender os "interesses do 'povo'".

Para resumir, pensamos que o "sindicalismo estudantil" enquanto processo real e objectivo nunca existiu. O que existe efectivamente é uma "ideologia sindicalista" que, na medida em que confere e procura organizar "interesses particulares" ao grupo social estudantil, só tem contribuído para lhe mascarar a realidade social, porque deposita uma confiança extrema no papel que as lutas estudantis tem de, por si só, ultrapassar os limites que lhe impõe a sua própria natureza social.

É para nós também claro que a permanência ou não da "ideologia sindicalista" no M.E. durará tanto tempo quanto durarem as forças políticas partidárias que intervêm na luta da classe operária com uma estratégia e táticas globais erradas e que conseguem segregar no meio estudantil tal tipo de ideologia.

Também esta questão remete para o avanço da luta de classes.

Em função do atrás exposto, torna-se perfeitamente claro que as correntes "sindicaisistas" vejam nas AAEE a estrutura "sindical" por excelência.

Operando uma identificação forçada entre o M.E. e o associativismo estudantil, as correntes "sindicaisistas" procuram ganhar "influência" naquele, ganhando a direcção das AAEE. Mas enganam-se, e a demissão de ex-Direcção Geral demonstra perfeitamente que o M.E. e as suas formas particulares de organização e discussão (Assembleias Magnas, de Faculdade, de Curso; Comissões eleitas em cada luta concreta e revogáveis a cada momento) são tendentes a destruir qualquer representatividade de que se arrogue uma qualquer D.G., pelo facto de ter sido eleita para gerir as AAEE.

Ao longo das lutas estudantis que se travaram neste país, operou-se sempre por parte das correntes reformistas, então únicas no meio estudantil, uma identificação entre a luta estudantil e a luta associativa, de tal maneira que as AAEE e portanto as suas direcções eram reconhecidas automaticamente como as "legítimas representantes" dos estudantes no seu conjunto.

Esta identificação traduzia-se imediatamente por uma paragem da movimentação política estudantil, que coincidia normalmente com o encerramento da Associação. A partir daí iniciava-se um novo ciclo, milhentas vezes repetido que consistia em reivindicar a "abertura da AAC".

Tal dialectica esgotava permanentemente o movimento estudantil. Quando os objectivos e a sua consciência política avançavam, o encerramento da AAC era aproveitado pelos reformistas para iniciar um novo ciclo de reivindicações primárias tendente a encerrar a consciência estudantil nos muros da "abertura da AAC".

A compreensão dos impasses em que o reformismo atolava constantemente o Movimento Estudantil, conjugada com o aparecimento de forças partidárias anti-reformistas no movimento operário, contribui para a decantação de uma fracção de estudantes revolucionários que começavam a tentar dar uma alternativa mais radical ao Movimento Estudantil.

Ainda que eclectica, essa fracção revolucionária no Movimento Estudantil contribuiu decisivamente para que o processo de rotura com o reformismo avançasse. As únicas lutas estudantis significativas em Coimbra a partir de 1972 foram todas elas encabeçadas por tal fracção revolucionária.

No entanto tal não se cifrou num corte radical com a "ideologia sindicalista", nem com a identificação propositadamente feita pelo reformismo entre Movimento Estudantil e Movimento Associativo. O produto mais visível de tal processo de decantação em Coimbra, concretiza-se com o aparecimento dos "nucleos sindicais de base", que apresentando-se como revolucionários, conservavam no entanto toda a problemática "sindicalista" e "associativista".

Só uma fracção organizada em torno das folhas sigladas "que fazer" e das quais nós, lista D, nos reclamamos, conseguiu operar esse corte com o "sindicalismo" e o "associativismo" estudantil, para além de outras correntes inorganizadas de maneira permanente.

Importa no entanto realçar ^{que} o facto de a AAC estar encerrada não paralizava o Movimento Estudantil, demonstrando-se na prática que o mov. estudantil não tinha necessidade absoluta da estrutura associativa ou sindical para se desenvolver e avançar. As lutas mais marcadamente políticas, mais consequentes, foram levadas a cabo nestas condições, chegando a ter um carácter massivo pronunciado.

Fruto das práticas e perspectivas reformistas, a estrutura associativa, que deveria contribuir de maneira extremamente importante para a libertação das energias revolucionárias do mov. estudantil, não o conseguiu fazer. Pelo contrário procurava-se pôr o mov. estudantil a reboque do mov. associativo, ou seja limitar o mov. estudantil às meras reivindicações de liberdade de associação, de reunião e de discussão, reivindicações estas sem dúvida importantes, mas insuficientes e inconsequentes.

O que disto tudo nós verificamos é que compete ao mov. estudantil tomar à sua conta essas reivindicações (e portanto subordinar a si o M.A.) para conseguir ir mais longe e transformar-se num movimento anti-capitalista capaz de se colocar abertamente ao lado da classe operária, pela sua libertação.

O sentido das propostas que fazemos tem neste análise a sua fundamentação.

AS NOSSAS PERSPECTIVAS

Pelo atrás já exposto, pensemos que o Movimento Estudantil estará cada vez mais consciente, na dependência das solicitações da luta de classes. Actualmente, com o processo objectivo de reconversão industrial e a sua complementaridade na instituição escolar, as lutas que se travarão no quadro desta sociedade (luta contra o desemprego e os despedimentos, luta pelo controlo operário sobre a produção, etc) e, portanto, entre as organizações políticas, determinarão forçosamente no seio do Movimento Estudantil a efectivação de numerosas tarefas a que se terá de responder de maneira revolucionária.

As contradições dentro da sociedade que se refletem imediatamente na Escola colocam ao Movimento Estudantil opções decisivas entre os dois campos antagónicos na cena da luta de classes.

Para nós é perfeitamente claro que no quadro de um Estado burguês (na sua forma actual bonapartista, ou noutre qualquer) nenhum problema poderá ser definitivamente resolvido. Nem os da classe operária, nem os da juventude em geral e portanto os da juventude estudantil.

Só com a destruição do Estado burguês e a instauração de um Estado operário assente sobre a democracia proletária sobre a forma de uma República de Conselhos Operários, de soldados e trabalhadores dos campos e das cidades, que lance as bases da edificação socialista da sociedade, se encontrará uma solução a única, para o proletariado e para toda a humanidade.

Nesse sentido a perspectiva da revolução proletária-socialista e o Controlo operário sobre a produção de toda a vida material e intelectual é a perspectiva que nos guia nas nossas propostas e acções.

Somos pela "Revolução Permanente" e não pela "Revolução por etapas". Para nós, entre a ditadura da burguesia (Estado burgues sob qualquer forma) e a ditadura do proletariado (Estado Operário) não há nem pode haver outro qualquer "Estado". Quando, por exemplo, Mao Tsé Tung diz que é possível construir-se um Estado que não seja nem "capitalista" burgues nem "socialista" operário - vide "Sobre democracia nova" - está a alimentar ilusões pequeno-burguesas sobre a possibilidade de um "estado" acima das classes fundamentais da sociedade (burguesia e proletariado), de um "estado" a meio psu. Este aspecto do revisionismo maoísta sobre uma questão tão essencial para um marxista como é a questão do "poder de Estado" é uma das causas que influi na tática e estratégia dos grupos maoístas actuando no Movimento Operário e Movimento Estudantil.

Em certa medida essa questão permite-nos apreender o porquê das tentativas de autonomização (através do "sindicalismo estudantil" para a lista "A" ou através do "associativismo" visto como um movimento tendente a instruir "órgãos de vontade popular" segundo a lista "E") do meio e movimento estudantil feitas pelas correntes maoístas.

Para nós, o grupo social estudantil não faz parte do "povo", como diz a lista "E" nem pode defender na Universidade ou na Escola em geral os "interesses" do "povo" como quer a lista "A".

Será que para os camaradas maoístas a luta estudantil é a mesma que a do "povo"? Se, por "povo" se entendem as massas trabalhadoras de cidade e dos campos, torna-se evidente que essas massas populares não têm os "mesmos interesses" entre si, por um lado, nem realizam a "mesma" luta, por outro. Os "interesses do povo" que se podem defender na Escola, seriam, pois, interesses desiguais e até contraditórios. Além disso, a luta estudantil também não é a mesma que trava e realiza a classe operária e o campesinato pobre. A classe operária trava a sua luta contra a exploração e as relações de produção capitalistas e o seu Estado, enquanto que o campesinato pobre trava a sua luta quer contra os proprietários da terra, quer contra as dívidas e hipotecas provocadas por esses proprietários, pelos banqueiros, e pelo Estado burgues.

O Movimento Estudantil trava sua luta no quadro de uma instituição particular, de um ramo do aparelho de Estado, contra a opressão estatal da burguesia.

Quer dizer, se a luta não é a mesma é no entanto necessário fazer com que esses combates travados a níveis diferentes se concentrem num só: contra o Estado burgues, pela Revolução Socialista.

Esta perspectiva que nós avançamos tem como condição sine qua non do seu sucesso, que cada camada ou grupo social assimile e faça seu o ponto de vista do proletariado, de única classe verdadeiramente revolucionária. Nesse sentido, a luta que, juntamente com o Movimento Estudantil, nos propomos travar em torno do "Controlo Operário sobre o ensino" mais não pretende que aplicar à luta estudantil o ponto de vista do proletariado e do seu combate, o ponto de vista marxista revolucionário. Trata-se para nós de aplicar o método marxista revolucionário à realidade escolar de maneira a fazer convergir a luta estudantil com o combate revolucionário do proletariado pelo socialismo.

A sociedade capitalista e o seu Estado atinge de maneira desigual o proletariado e os seus aliados. No que diz respeito ao grupo estudantil, a opressão estatal burguesa é diferente. Pelo que já vimos, quer a crise da própria ideologia burguesa quer os maquinismos mais objectivos e subjectivos de opressão e repressão burguesa torna os estudantes mais susceptíveis de apreender e compreender a realidade social, isto como fruto de certas características próprias, como seja a relativa disponibilidade de tempos livres, as capacidades de assimilarem uma compreensão marxista do mundo dado o nível intelectual que possuem, etc. O que se constata é que pelo menos uma fracção importante do grupo social estudantil consegue fazê-lo, propulsão pelos factores contraditórios ao nível institucional e social, ao nível nacional e internacional, dos quais se ressentem de algum modo.

QUE RESPOSTAS DEVEMOS DAR ?

A burguesia vai reformar tecnocraticamente a Escola. Para tal procurará reduzir os custos da produção de quadros ao estritamente necessário, ao mesmo tempo que estratificará o melhor que puder a instituição. Assim, criará cursos para-universitários e até mesmo universidades autónomas, concorrenciais e selectivas. O sistema de universidades autónomas ou de cursos para-"superiores", regionais, procure resolver os problemas que se põem à indústria capitalista local, bem como permitir ao Estado burgues repartir os fluxos de quadros em função das suas previsões. Mas a aplicação da reforma tecnocrática terá que restabelecer a autoridade no seio da Escola. O actual "caos" de que muita gente fala terá de ser banido quer pela reconstituição da autoridade e hierarquias na Escola, quer pela chamada "participação" estudantil na gestão da Escola, que mais não pretende que não seja a garantia estudantil de que a Escola cumprirá as funções que lhe são destinadas e que já expusemos. É assim que nós lutaremos pela recusa da co-gestão, da selecção, da inculcação ideológica, do autoritarismo, da modelagem de comportamentos.

A) Contra a co-gestão ou a participação estudantil na gestão escolar

Ao participar na gestão, os estudantes estarão a participar na gestão das próprias condições da sua alienação e opressão. Para nós, não se trata de se discutir se essa gestão deve ser feita pelas "bases" em vez das "cupulas". Para nós trata-se de recusar a co-gestão na sua globalidade e, logo, quaisquer decretos, venham eles do MEC ou de outro meco qualquer ! Significa dizer que só com o controle operário sobre o ensino os estudantes participarão na gestão das escolas.

B) Contra a selecção

É para nós evidente que "recusar" a selecção significa que se deve denunciar o que está na base de tal selecção, ou seja, os mecanismos fundamentais da reprodução social, a divisão em classes sociais "favorecidas" e "desfavorecidas". Significa fazer uma crítica sólida dos critérios Escolares como critérios sociais e ideológicos. Significa denunciar a anarquia capitalista e o seu mercado de trabalho; significa ter de se lutar pela planificação da economia e, portanto, pelo controle operário sobre o ensino.

No entanto, se a luta contra a selecção é relativamente ineficaz dada a natureza das relações de produção que lhe subjazem, ela não o é em absoluto. Devemos lutar, pois, contra os seus efeitos concretos, nomeadamente contra o desemprego que nos afectará ligando a nossa luta à luta da classe operária, contra os exames, etc.

C) Contra a inculcação ideológica

Se bem que a Escola procure transformar o "saber" em suporte da incul-

cepção ideológica, é possível reforçar pela luta uma relativa autonomia da crítica ao saber capaz de permitir uma certa subversão das ideias dominantes. É necessário lutar-se pela inclusão nas matérias de uma perspectiva marxista, capaz de analisar o porquê desses mesmos materiais e o uso que deles se fará nesta sociedade. Assim, a luta pela inclusão nas matérias da concepção proletária do mundo representa já uma forma, mediatizada é certo, e só colocada ao nível ideológico, do controle operário sobre o ensino, se bem que a subversão realmente total do saber burguês, só no quadro de um Estado Operário, onde se possa processar o controle operário sobre o ensino, será efectivamente possível. A luta político-ideológica no seio da Escola que conteste a par e passo quer os desmentidos praticos da ideologia burguesa, quer a neutralidade do saber é, portanto, imprescindível.

D) Contra o autoritarismo

Os métodos autoritários que a reforma irá aperfeiçoar procurarão restabelecer e reforçar a capacidade de integração social da "Escola". Significarão que os alunos terão de aceitar e engolir o que lhes disserem. A luta pedagógica em torno deste questão entra em contradição violenta com os mecanismos que as estruturas e os imperativos do sistema que assente sobre a "autoridade" (opressão-repressão-exploração) generalizada.

A destruição na pratica das relações autoritárias dentro da Escola Capitalista é difícil. Mas lutaremos pela instauração de métodos pedagógicos que choquem com o autoritarismo, apoiando e apoiando-nos na luta por uma pedagogia revolucionária juntamente com os professores revolucionários dispostos a praticar tais métodos. A possibilidade de éxito e de não recuperação de tais metodos pelo sistema remetem imediatamente para a instauração de um Estado Operário e, portanto, para o controle operário sobre o ensino.

E) Contra a modelagem de comportamentos

Tal como contra a inculcação ideológica, é necessário lutar contra as "normas" de comportamento estabelecidas; contra a divisão em turmas masculinas e femininas e a repressão sexual em geral (principalmente a nível primário e secundário); contra os ritmos de estudo que nos "modelam" per os ritmos de trabalho futuro; contra toda a legislação "modeladora", ligando esta luta à luta contra o autoritarismo; lutando por uma sociedade socialista onde o comportamento seja um assunto totalmente livre e, portanto, privado.

Nós pensamos que o Movimento Estudantil e a sua acção não podem nem devem, ser paralizados por uma qualquer "Direcção-Geral" eleita para as AAEE.

Os objectivos de luta que atrás esboçamos e que fazem parte integrante da luta contra a rentabilização capitalista do ensino, não são os únicos que se põem ao ME. Os casos particulares da luta contra o Serviço Cívico e pelo saneamento (que dado o seu interesse e especificidade trataremos num texto à parte) são também parte integrante dessa mesma luta contra a rentabilização capitalista do ensino, contra a escola capitalista. No entanto esta luta terá que ser articulada sistematicamente com o apoio às lutas dos operários e trabalhadores de todo o mundo seja em Portugal ou nas antigas colónias, seja na Indochina ou na América Latina, seja nas metrópoles imperialistas ou nos Estados Operários burocraticamente degenerados ou deformados.

No entanto, todas estas questões têm de ser organizadas e levadas a cabo pelo ME.

Em cada luta concreta dentro da escola, ou em cada luta concreta do proletariado que teremos de apoiar, pensamos que o Movimento Estudantil através da sua forma preferencial e verdadeiramente democrática que são as assembleias, (de curso, faculdade ou assembleia magna) deverá ser o único, através da discussão exaustiva e democrática a decidir das formas de luta.

Nesse sentido, batalharemos intransigentemente para que nessas Assembleias de Massas se definam os objectivos de luta e se elejam as estruturas representativas e unitárias dessa mesma luta. Nesse sentido lutaremos também contra o oportunismo e sectarismo cego, polos opostos da mesma corrente de pensamento.

Achamos que as assembleias estudantis devem discutir todo e qualquer problema que apareça e seja importante; que devem eleger, numa base de voluntariado, as Comissões de Luta ou de Apoio que se torne necessário erguer. Que devem também ser elas a definir as funções e a funcionalidade dessas mesmas Comissões.

Nós estamos convencidos que, se o ME delega nesta ou naquela "Direcção-Geral" as tarefas de uma luta, de uma posição política, estar-se-á a delegar a direcção da luta neste ou naquele grupo político que pode não dar garantias de defender única e exclusivamente as posições massivamente assumidas, mas sim de defender o seu próprio "peixe".

Por exemplo, imaginemos que a linha política da UEC se alapava na direcção da AAC. Imaginemos que numa Assembleia Magna os estudantes aprovavam maioritariamente uma proposta política de acção feita por um grupo político

maoísta, por exemplo. É mais do que evidente que se a Assembleia Magna delegasse na Direcção -UEC o cumprimento dessa proposta política, os riscos de se fazer uma outra política que não a definida, seriam também evidentes. É nesse sentido que as Assembleias de Estudantes devem dar representatividade sômente aos estudantes que se propuserem levar tais propostas políticas a cabo (e em primeiro lugar aos autores da proposta...) elegendo numa base de voluntariado a Comissão de Luta respectiva.

É nisto fundamentalmente que reside a auto-organização democrática do ME: discutir democracia e amplamente as questões que se colocam, dar a possibilidade a todos os grupos políticos (reclamando-se da classe operária) de expôr e fazer votar as suas propostas e de organizar a respectiva Comissão de luta, formada por voluntários, que findas as tarefas para que foi eleita se dissolve automaticamente.

É evidente que tais formas de organização, já parcialmente ^{realizadas} em muitos ^{casos} concretos, não têm necessidade de, para se fazerem, recorrerem a uma qualquer "Direcção-Geral" eleita. É nesse sentido que nós lutaremos contra o controlo sobre a Associação de um qualquer grupo político, e defendemos o controlo paritário com representantes de todos os grupos políticos, reclamando-se da classe operária e dos Movimentos de Libertação (MPLA, PAIGC, PRELIMO, MLSTP, FRETILIN) sobre a dita Associação, enquanto tais grupos subsistirem politicamente.

Mas para que se compreenda em profundidade aquilo que propomos no nosso "programa" é preciso afastar quaisquer interpretações de tipo "formalista" ou "eficacista" sobre esta questão. É por razões políticas que nós as propomos.

Nós pensamos que só unida a classe operária e os seus aliados esmagarão o poder do Capital.

Ora o que se verifica é que essa mesma classe operária e os seus aliados se encontram repartidos por esta ou aquela organização.

Pensamos também que, com o desenrolar da luta de classes, esta ou aquela organização revolucionária acabará por unificar e organizar sob a sua direcção todas essas forças revolucionárias necessárias para o derrube do capitalismo e a instauração da ditadura do proletariado.

Mas até lá trata-se de, pontualmente, fazer com que todas as organizações operárias e revolucionárias realizem essa unidade de acção neste ou naquele ponto concreto (nomeadamente contra a exploração e a reacção capitalista).

No que diz respeito à manifestação particular no ME da tática da Frente Unida dos Trabalhadores, nós pensamos que o apoio a esta ou àquela luta operária (com a formação de Comitês de Acção), que a luta contra esta ou aquela medida reacçãoária sobre os trabalhadores e estudantes, por parte

da burguesia, que a luta contra a opressão burguesa nas escolas, para ser levada a cabo com o mínimo de coerência e eficiência só unitariamente será possível.

Nessa medida, o que defendemos e propomos é a aplicação no caso concreto do Movimento Estudantil, da tática mais geral da Unidade da Frente Proletária contra a opressão capitalista, contra a escola capitalista, pelo apoio à luta dos trabalhadores.

É facilmente se compreende que as propostas que fazemos para a gestão da AAC (vide o nosso "programa") mais não é que garantir a praticabilidade da aplicação dessa linha e no caso concreto, se bem que de forma mediatizada, na pessoa dos grupos políticos existentes, lutar pelo . CONTROLO OPERÁRIO SOBRE O ENSINO.

ERRATA

1. Cap.III,p.8, linha 28, a partir de "(aos próprios filhos sociais da burguesia)" deve ler-se " um processo contraditório, um sistema específico de opressão-repressão, reflexo da opressão-repressão generalizada..."
2. Cap. III, p.9, linha 11, a partir de "um processo de proletarização intelectual " deve ler-se " que não se traduz de imediato..."
3. Cap. III,p.9,linha 25 deve ler-se " enquanto presumível instrumento vinculador da ideologia burguesa,..."
4. Cap.IV,p.7,linha 8, a partir de "só no quadro de um Estado Operário" deve ler-se "onde se possa processar concretamente o controlo ..."